

MOVIMENTOS SOCIAIS



Centrais sindicais, ao apresentarem sua versão da greve de 14 de junho, a consideraram bem sucedida. Mais de trezentas cidades brasileiras realizaram paralisações, envolvendo 45 milhões de pessoas.

Greve envolveu trezentas cidades e 45 milhões de pessoas

Para quem mora na cidade de São Paulo, acordar no dia 14 de junho ao som dos ônibus que circulavam pelas ruas teve gosto amargo de frustração. A cena não combinava com um dia de greve geral. Os trens suburbanos também correram naquele dia. O metrô, bravamente, não circulou – exceto em linhas que não empregam seres humanos na condução das composições e noutras em que o governo do Estado constrangeu trabalhadores da área administrativa a pilotar os trens.

Mas a capital paulista não foi o retrato fiel da greve. Outras metrópoles fizeram a lição de casa com a paralisação dos transportes públicos – sem o que, de fato, não se consegue fazer greve geral.

As centrais sindicais, ao apresentarem sua versão da greve, a consideraram bem sucedida. Mais de trezentas cidades brasileiras realizaram paralisações, envolvendo 45 milhões de pessoas.

Durante todo o dia, a mídia convencional tratou de

mobilizar as pessoas para ir ao trabalho, enfatizando em boletins ao vivo a iminente volta do metrô ou a livre circulação de trens. Não faltaram tampouco histórias de pessoas que teriam sido prejudicadas pela mobilização.

Mas a máquina de divulgação fez o seu papel de sempre. O que de fato jogou pesado contra a greve foi a própria conjuntura econômica e social. Emprego escasso gera temor. O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em seus balanços anuais de greve, comprova isso: os anos Lula, com crescimento econômico e desemprego próximo a zero, foram os mais pródigos em greves, tanto no setor público quanto na iniciativa privada.

O arrocho não foi a única face da repressão. Na capital paulista, sede de dois governos conservadores, um deles fã declarado do bolsonarismo, a greve vinha sendo combatida meses antes de ter sido declarada. Os metroviários, cuja data-base ocorre

em maio, tiveram de recorrer à Justiça do Trabalho para obter o direito de vestir coletes com pautas de sua campanha salarial. A prática, já tradicional na categoria, havia sido punida com advertência na ficha dos trabalhadores e trabalhadoras, decisão da empresa depois interditada no tribunal.

Sem falar na ameaça sempre presente de multa aos sindicatos dos transportes. O Sindicato dos Metroviários ainda hoje tem recursos financeiros sob judge por conta da participação na greve geral de 2017. O Sindicato dos Condutores também foi punido dessa forma em outras mobilizações.

Neste ano, a ameaça de multa foi agravada pela situação de caixa dos sindicatos. Com o fim do repasse do imposto sindical e com a já histórica baixa sindicalização, atrever-se a fazer greve exigiria mais coragem que o normal.

No caso dos ônibus da capital, reportagem do jornalista Vitor Nuzzi, na Rede Brasil Atual, conta que o presidente do sindicato da categoria, o deputado federal Valdevan Noventa (PSC-SE), teria se reunido com o prefeito Bruno Covas na véspera e então decidido esvaziar a mobilização. Valdevan foi eleito por Sergipe, para onde mudou seu domicílio eleitoral e se isolou das investigações policiais contra ele – uma das acusações é de assassinato por ocasião de eleições sindicais.

O governo e seus representantes na mídia utiliza-

ram São Paulo como exemplo de que a greve não funcionou. Falso. Imagens de Brasília e outras cidades totalmente paradas correram as redes sociais. Mesmo São Paulo sofreu impacto, uma vez que o transporte coletivo não circulou em áreas da região metropolitana como Guarulhos e cidades do ABC, que têm parcela importante de seus moradores com emprego na capital.

Outro ponto que merece destaque na greve deste ano é a participação de estudantes secundaristas e universitários, que no embalo das mobilizações de 15 e 30 de maio contra os cortes de verbas na educação pública somaram-se à luta contra a retirada de direitos previdenciários.

O balanço da greve deste ano precisa considerar que o movimento sindical brasileiro sofre a mais intensa perseguição desde a ditadura militar – em vários aspectos cada vez mais parecida aos dias que correm – com asfixia financeira e criminalização sem precedentes. A greve geral do último dia 14 de junho, sob este aspecto, foi especialmente ousada e desafiadora. A proximidade com o movimento estudantil, por sua vez, é algo a ser valorizado e preservado.

No próximo dia 12 de julho está programado o Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência. O sindicalismo tenta reafirmar que está forte e tem um papel a jogar em benefício do país.